

**DESAFIOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM FOMENTAR AUTONOMIA DE AGRICULTORES FAMILIARES****FOOD ACQUISITION PROGRAM'S CHALLENGES IN FOSTERING FAMILY FARMERS' AUTONOMY****DESAFÍOS DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS PARA FOMENTAR LA AUTONOMÍA DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES**

Ricardo Serra Borsatto¹
Henrique Carmona Duval²
Fábio Grigoletto³
Leandro de Lima Santos⁴
Victória Rosália Silveira de Andrade⁵
Larissa Cristina de Almeida Fernandes⁶

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios do PAA em expandir a autonomia relativa da agricultura familiar. Foi realizado um estudo longitudinal sobre o PAA tomando como base empírica o arranjo institucional conformado no município de Angatuba, sudoeste do estado de São Paulo, para a execução deste programa. O arranjo de Angatuba foi selecionado pois operava o PAA há mais de cinco anos consecutivos. Os dados primários que subsidiam as discussões foram obtidos por meio de entrevistas em dois momentos distintos, sendo o primeiro quando o programa estava em pleno funcionamento e, o segundo, quando o programa não era mais executado no município devido a cortes no orçamento federal. Dados secundários também subsidiam as análises. Os resultados indicam que o arranjo institucional constituído no município, apesar de muito eficiente, operava de modo a não aproveitar o mercado institucional criado pelo programa no sentido de consolidar avanços estruturais que pudessem garantir benefícios a longo prazo, assim, amortecendo as oportunidades de tomar a garantia de compra como base para a configuração de um ciclo virtuoso de ação pública. Com o fim do programa, os agricultores voltaram às mesmas condições de produção, renda e acesso a mercados que

¹ Doutor. Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural e ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Buri. São Paulo. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7594-479X>. E-mail: ricardo.borsatto@ufscar.br.

² Doutor. Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (Uniar). Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Buri. São Paulo. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5791-7579>. E-mail: henriquecarmona@hotmail.com.

³ Doutor - Professor vinculado Centro de Ciências da Natureza. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Buri. São Paulo. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3691-9743>. E-mail: fabio.grigoletto@ufscar.br.

⁴ Doutor. Professor vinculado Centro de Ciências da Natureza. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Buri. São Paulo. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8413-5372>. E-mail: leandrodelima@ufscar.br.

⁵ Engenheira Agrônoma. Centro de Ciências da Natureza Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Buri. São Paulo. Brasil. E-mail: victoriarsandrade@gmail.com

⁶ Administradora, Centro de Ciências da Natureza. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Buri. São Paulo. Brasil. E-mail: victoriarsandrade@gmail.com

vivenciavam anteriormente. Desta forma, a pesquisa aponta que a garantia de acesso a um mercado protegido com remuneração justa, traz um alívio para os agricultores, mas não, necessariamente, expande a autonomia relativa dos agricultores.

Palavras-chave: Sistemas Agroalimentares. Mercado Institucional. Compras Públicas. Política Pública. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This article analyzes the PAA's challenges in expanding the relative autonomy of family farming. A longitudinal study on the PAA was carried out based on the institutional arrangement formed in the municipality of Angatuba, located in the southwest region of the state of São Paulo, Brazil. Angatuba was selected because its institutional arrangement was executing the PAA for more than five consecutive years. The primary data that support the discussions were obtained through interviews at two different times, the first when the program was in full operation and the second when the program was no longer run in the municipality due cuts in the federal budget. Secondary data also supports the analysis. The results indicate that the institutional arrangement established in the municipality for the execution of the PAA, although very efficient, operated in a way that did not use the PAA's institutional market to consolidate structural advances that could guarantee benefits in long term, thus, cushioning the opportunities to take the institutional market as a basis for setting up a virtuous cycle of public action. With the end of the program, farmers returned to the same conditions of production, income, and access to markets that they had previously experienced. Thus, the research points out that guaranteeing access to a protected market with fair remuneration brings relief to farmers but does not necessarily expand the relative autonomy of farmers or promote food sovereignty.

Keywords: Family farming. Food systems. Institutional markets. Public procurement. Policy. Rural Development.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos del PAA para expandir la autonomía relativa de la agricultura familiar. Se realizó un estudio longitudinal sobre el PAA basado en la red formada en el municipio de Angatuba, ubicado en la región suroeste del estado de São Paulo, Brasil. Los datos primarios que respaldan las discusiones se obtuvieron a través de entrevistas en dos momentos diferentes, el primero cuando el programa estaba en pleno funcionamiento y el segundo cuando el programa ya no se ejecutaba en el municipio. Los datos secundarios también respaldan el análisis. Los resultados indican que el arreglo institucional establecido en el municipio para la ejecución del PAA, aunque muy eficiente, funcionó de manera que no extrapolara la superficie de las posibilidades engendradas por el programa, condicionando que el programa fuera ejecutado como un mero instrumento de mercado, por lo tanto, amortiguando las oportunidades para tomar el mercado institucional como base para establecer un círculo virtuoso de acción pública. Con el final del programa, los agricultores volvieron a las mismas condiciones de producción, ingresos y acceso a los mercados que habían experimentado anteriormente. Por lo tanto, la investigación señala que garantizar el acceso a un mercado protegido con una

remuneración justa brinda alivio a los agricultores, pero no necesariamente expande la autonomía relativa de los agricultores ni promueve la soberanía alimentaria

Palabras clave: Sistemas agroalimentarios. Mercados institucionales. Compras públicas. Política. Desarrollo Rural.

Como citar este artigo: BORSATTO, Ricardo Serra *et al.* Desafios do programa de aquisição de alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 1104-1122, 17 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2897>

Artigo recebido em: 03/06/2020

Artigo aprovado em: 31/08/2020

Artigo publicado em: 17/09/2020

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, as políticas públicas voltadas ao fomento das atividades agropecuárias e desenvolvimento rural, raramente, tiveram a agricultura familiar como público beneficiado de suas ações (WANDERLEY, 2014; GRISA; SCHNEIDER, 2014). Pelo contrário, muitas das políticas levadas a cabo pelo Estado brasileiro impossibilitaram que esse segmento social desenvolvesse e expressasse as suas potencialidades, o que levou Wanderley (1995) a classificar a agricultura familiar como um setor tipicamente bloqueado no Brasil.

Esse panorama começa a mudar a partir de meados da década de 1990, quando devido às pressões de movimentos sociais e à emergência de estudos acadêmicos destacando a importância da agricultura familiar em países desenvolvidos, foi elaborada e implementada a primeira política agrícola nacional direcionada especificamente para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MATTEI, 2007, BIANCHINI, 2015). O PRONAF foi elaborado a partir de recomendações da FAO (1994), sob a lógica de buscar estratégias para inserção no mercado da agricultura familiar de forma competitiva (CARNEIRO, 1997). A importância do PRONAF é reconhecida no contexto brasileiro, apesar de possuir um escopo eminentemente setorial, focado na dimensão produtiva (GUANZIROLI, 2007), e ser seletivo por essência, ao privilegiar o acesso ao crédito do segmento mais tecnificado e capitalizado da agricultura familiar (MATTEI, 2005; ANJOS *et al.* 2004).

Em 2003, foi conduzida ao Poder Executivo Federal uma coalizão de governo que congregava partidos, movimentos sociais e organizações sindicais rurais alinhados à pauta da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Combinada à série de ideias inéditas que havia

alcançado esferas decisórias na virada dos 90 para os anos 2000 - a segurança alimentar, o combate à fome e o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social relevante em termos econômicos e ambientais - a ascensão dessa coalizão engendrou as condições que levaram a constituição de um referencial de políticas públicas orientado pela agricultura familiar (NIERDELE, 2014).

Algumas dessas políticas ultrapassaram a perspectiva setorial, apoiando-se em uma abordagem complexa de desenvolvimento territorial, possuindo assim objetivos como o fomento ao desenvolvimento econômico local, a garantia da segurança alimentar e nutricional para populações em situação de vulnerabilidade social, além do apoio à agricultura familiar (GRISA e SCHNEIDER, 2014; SOLDERA, 2017). Entre as diferentes experiências nessa perspectiva, destaca-se a criação e/ou utilização de mercados institucionais, o que na prática significa se valer da demanda dos equipamentos públicos para adquirir alimentos dos agricultores familiares, fomentando e impulsionando novos mercados locais, tornando-os mais eficientes (WITTMAN; BLESCH, 2017; MALUF *et al.*, 2015; BELIK; FORNAZIER, 2017).

Nessa conjuntura, emergiu o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) voltado para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) de populações em situação de vulnerabilidade social, por meio da constituição de sistemas agroalimentares mais localizados baseados na agricultura familiar (MALUF *et al.*, 2015; ROCHA, 2009). Em termos técnicos, a criação do PAA representou a possibilidade de aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar, sem a burocracia e os requisitos de uma licitação pública. Sendo o mercado institucional operado a partir de compra realizada por órgãos/entidades da administração pública federal, estadual ou municipal que é destinada para escolas, creches, asilos, dentre outras instituições consumidoras beneficiárias. Os alimentos são adquiridos a um preço de referência dos produtos pesquisados nos mercados regionais (CONAB, 2018).

A pesquisa ora apresentada se insere numa agenda que busca compreender a efetividade de políticas baseadas na utilização de mercados institucionais em promover processos de desenvolvimento rural protagonizados pela agricultura familiar. Existe ainda uma lacuna na literatura sobre a capacidade do PAA estimular a criação ou acesso a novos mercados para além do próprio programa (GRISA *et al.*, 2010), poucos foram os trabalhos acadêmicos que enveredaram por essa trilha (THIES; CONTEREATO, 2017; VINHA; SCHIAVINATTO, 2015). Com os cortes orçamentários constantes que o PAA vem sofrendo nos últimos anos, esse tipo de análise ganha ainda mais relevância.

A presente pesquisa procura analisar os desafios do PAA em promover a expansão da autonomia relativa da agricultura familiar em relação a mercados convencionalmente acessados pelos agricultores, tomando como base empírica Angatuba, município da região sudoeste do estado de São Paulo. Além de identificar os efeitos positivos do programa, bem como suas limitações, a noção de autonomia é empregada com o intuito de compreender substantivamente como a participação no programa influencia, alterando-a ou não, a inserção qualitativa dos agricultores e agricultoras familiares em circuitos alimentares no território do sudoeste do estado de São Paulo.

Além desta introdução, o texto encontra-se organizado em mais cinco seções, respectivamente descrevendo o que os autores entendem por autonomia e a sua relevância para a agricultura familiar e camponesa, uma breve descrição do PAA e seus objetivos, a abordagem

metodológica adotada, os resultados encontrados pela pesquisa e, ao seu final, conclui refletindo sobre os desafios que o PAA enfrenta para promover sistemas agroalimentares que fomentem a autonomia da agricultura familiar e camponesa.

2 AUTONOMIA COMO FUNDAMENTO PARA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

A autonomia no escopo deste trabalho é entendida como um processo de mudança qualitativa, no sentido de que a lógica que determina a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores não são capturadas ou impedidas pela possibilidade da dependência dos mercados, seja da dependência de insumos industriais para a produção ou da submissão dos sistemas produtivos às lógicas mercantis.

Mendras (1976), nos idos anos de 1960, já chamava a atenção para as modificações substantivas que ocorriam no campesinato face à modernização agrícola e sua latente integração aos mercados, sendo revelada uma tendência à perda da autonomia. Tal perda, caracterizada pela transformação do produtor, ora também consumidor de seus produtos, que paulatinamente deixaria de produzir para consumo de sua família, bem como de prover os fatores produtivos a serem utilizados em seu espaço de vida e trabalho, a unidade familiar de produção.

No entanto, ao ser compreendida enquanto processo, a autonomia não elimina a dependência que historicamente marca a agricultura familiar brasileira em relação às estruturas agrárias e mercantis (DUVAL; FERRANTE; BERGAMASCO, 2016). Portanto, a criação de um mercado a partir do PAA não se trata da conquista definitiva, tampouco absoluta de autonomia em relação ao modo de produção capitalista ou neoliberal, pois não escapa a estas relações.

Ainda assim, na medida em que o programa valoriza a diversificação produtiva, pode-se falar em aumento potencial da autonomia em relação ao que se planta, como se planta e como se destina a produção, elementos extremamente importantes para a lógica de produção e reprodução camponesa. De forma diversa de uma reprodução dependente do mercado e suas estruturas, uma reprodução autônoma, por assim dizer, é aquela que têm relações com o mercado, mas que mantém em suas diligências parte dos recursos necessários para sua produção (e reprodução) (PLOEG, 2006).

Nesse sentido, a agricultura familiar acaba por articular estratégias de sobrevivência variadas, que por sua vez proporciona conhecer a forma imbricada a envolver o modo de vida e as atividades desses agricultores. Sendo assim, é possível afirmar que a capacidade dos agricultores familiares em adaptar suas relações de produção mostra-se importante como estratégia por soluções quem conduzam a melhores condições de vida (PLOEG, 2008).

Para Wanderley (2014), a diversidade de estratégias justifica a existência da agricultura camponesa na contemporaneidade. A diversificação faz parte dessa lógica produtiva, para que não se dependa de uma única estratégia de produção e renda, mas também porque isso tem incidência na SAN das próprias famílias e dos municípios do entorno. A autonomia em relação ao como se faz a agricultura também é essencial para agricultores familiares que buscam reduzir

os custos da produção com insumos. É o caso de estudos que mostram que a produção comercializada pelo PAA era o excedente da produção de autoconsumo das famílias, uma produção mais livre da materialidade econômica imposta aos produtores fornecedores de matéria-prima às indústrias (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2009).

Na verdade, existe uma alternatividade entre consumo e comercialização da produção de alimentos na agricultura familiar e camponesa, definida e redefinida em diferentes temporalidades e em função de aspectos internos e externos, como a presença de mão de obra disponível ou a existência de mercados viáveis e os preços pagos aos alimentos nestes mercados (GARCIA JR., 1983). As escolhas fazem parte do equilíbrio econômico das famílias que, a cada momento, decidem por estratégias que favoreçam sua reprodução social. Neste sentido, o PAA vinha sendo um mercado para os alimentos que também podem ser consumidos pelas famílias, o que contribui para a maior autonomia nos termos da lógica camponesa.

De todo modo, uma ressalva pode ser feita quanto ao favorecimento da autonomia: a priorização, quando não exclusividade, da compra de agricultores familiares organizados formalmente em associações e cooperativas. A indução dos indivíduos, vinculando sua participação no mercado institucional à aderência à uma organização formal pode, para além de proporcionar segregação ou mesmo disputa entre os agricultores pelos recursos públicos, gerar, em sentido contrário ao ganho da autonomia, a dependência com o condicionamento da identidade de um grupo que só se reconhece na figura da associação ou cooperativa para determinada finalidade contratual. Adicionalmente, o caráter formal das organizações não garante a existência de processos organizativos articulados em termos substantivos, de modo que as organizações podem assumir caráter meramente cerimonial.

Somada a tais fatores que podem, em alguns casos, prejudicar processos de autonomia, o refluxo orçamentário observado recentemente no que se refere à operacionalização do programa representou uma supressão das alternativas existentes em termos de estratégias de comercialização, bem como retrocessos na consecução de renda monetária a partir da produção diversificada.

Especificamente, no caso estudado, buscou-se compreender se o PAA fomentou novas estruturas e estratégias de relação com o mercado que garantissem maior grau de autonomia aos agricultores beneficiados, se ocorreram transformações nas relações de poder, no sentido de que os agricultores tivessem maior protagonismo na definição dos modos de produção e troca.

3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA age simultaneamente como uma política agrícola e social, estabelecendo um mercado institucional que, por meio de compras públicas, adquire alimentos produzidos por agricultores familiares e camponeses, e destina-os a pessoas sob condição de insegurança alimentar e nutricional que vivem no mesmo território em que o alimento é produzido.

A relevância do PAA para o Brasil está no fato de ser uma política pioneira que rompeu com o caráter estritamente setorial das políticas agrícolas ou agrárias anteriores, pois articula

temas como agricultura familiar, segurança alimentar e desenvolvimento territorial. O PAA emergiu como resultado da confluência de dois importantes debates ocorridos durante a década de 1990 no Brasil. O primeiro tinha como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O segundo debate era direcionado ao reconhecimento da importância da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais. Assim, o PAA atua paralelamente nestas duas frentes, apoiando o desenvolvimento rural ao estabelecer um mercado garantido com preços pré-definidos para os produtos da agricultura familiar, e garantindo a segurança alimentar e nutricional de populações em situação de vulnerabilidade social pela distribuição gratuita desses alimentos a essas populações (MALUF *et al.*, 2015; ROCHA, 2009).

Uma das metas do programa, expressa tanto em seu objetivo VII (quadro 1) quanto de forma implícita nos seus instrumentos operacionais, é o de fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização. Objetiva-se que a organização alcançada pelos agricultores para atender as demandas do mercado criado pelo PAA seja uma sólida base para que os agricultores beneficiados acessem ou desenvolvam novos mercados.

Quadro 1 – Objetivos do PAA

- | |
|---|
| <p>I- fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com a promoção da produção sustentável, processamento de alimentos e industrialização e geração de renda;</p> <p>II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;</p> <p>III - promover o acesso regular a alimentos, em quantidade e qualidade, por populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;</p> <p>IV – promover o fornecimento de alimentos através de contratos públicos, incluindo a provisão de alimentação escolar;</p> <p>V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;</p> <p>VI - auxiliar na formação de estoques pelas cooperativas/associações da agricultura familiar;</p> <p>VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;</p> <p>VIII - promover e aumentar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica e incentivar a alimentação saudável a nível local e regional;</p> <p>IX – estimular o cooperativismo e outras formas de associações.</p> |
|---|

Fonte: Decreto 7775, 2012

Estudos têm demonstrado o sucesso do PAA em diferentes dimensões, tais como a geração de renda e a sustentação de preços para os agricultores familiares mais descapitalizados, a mitigação da insegurança alimentar e nutricional de populações tanto urbanas quanto rurais, a diversificação da produção agrícola, manutenção das famílias no campo e até mesmo como estratégia de enfrentamento da pandemia de COVID-19 (TRICHES; SCHNEIDER, 2010; GRISA *et al.*, 2010; AGAPTO *et al.*, 2012; CONTI *et al.*, 2015; BATISTA *et al.*, 2016; MACEDO *et al.*, 2017; MENDES *et al.*, 2019; BORSATTO *et al.*, 2020; SAMBUICHI *et al.*, 2020). Porém, ainda são raros estudos que verifiquem se o PAA tem conseguido estimular a criação de novos mercados (GRISA *et al.*, 2010; HESPANHOL, 2013; BORSATTO *et al.*, 2019).

Em pesquisa com hipótese similar à da pesquisa ora apresentada, Thies e Conterato (2017) identificaram impactos diferenciados do PAA na autonomia comercial dos agricultores entre os dois arranjos institucionais por eles estudados. Diante da amplitude territorial do Brasil e dos diferentes arranjos de implementação experimentados em cada estado da federação, fatores que devem ser considerados à luz das desigualdades em termos das capacidades estatais observadas em cada localidade, é evidente a relevância da realização de estudos que investiguem as questões expostas anteriormente em diferentes localidades do país. Adicionalmente, a identificação dos limites observados em termos dos efeitos da referida política pública demonstra-se desejável.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa ora apresentada é um estudo de caso aprofundado sobre o PAA no município de Angatuba, efetivado tendo como categoria analítica condutora do estudo a expansão da autonomia relativa dos agricultores familiares em função o PAA. Assim, tanto a elaboração dos instrumentos de pesquisa utilizados para a coleta dos dados primários (roteiros de entrevista e estrutura do questionário) quanto o processo de análise dos dados (primários e secundários) foram realizados de forma a atender esta perspectiva analítica.

Ressalta-se que não é objetivo dos autores que os resultados encontrados por esta pesquisa sejam extrapoláveis para outras realidades, mas sim, que ajudem a iluminar como situações específicas podem influenciar significativamente a consecução dos objetivos do programa.

O município de Angatuba está localizado na região sudoeste paulista, considerada uma das mais carentes do estado de São Paulo, e conta com uma população de 22.210 habitantes (IBGE, 2010). A presença da agricultura familiar no município é significativa, respondendo por 73% dos estabelecimentos agropecuários (687), porém ocupando somente 13,7 % da área (IBGE, 2006). A localidade foi escolhida para um estudo aprofundado pois a rede conformada para acessar o PAA estava constituída há mais de cinco anos quando a pesquisa foi iniciada, sendo destinados recursos para o programa de forma ininterrupta durante o período. A beneficiária consumidora desta rede foi o próprio município, que através de seu Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) recebia os alimentos e os distribuía por meio de cestas para famílias em situação de vulnerabilidade social. A beneficiária fornecedora do programa em nível local é a Cooperativa de Laticínios Angatubense (COLANG).

Foi realizado um estudo longitudinal sobre o PAA no município. No primeiro semestre de 2017, foram entrevistados e aplicados questionários ao gestor da cooperativa, ao técnico responsável pela gestão do programa contratado pelo município e a 50 agricultores, cooperados da COLANG que estavam entregando para o PAA naquele momento. Nesta época, a COLANG estava executando entregas ao FMAS dentro da modalidade Compra com Doação Simultânea, em um contrato no valor de R\$800.000,00 com 183 agricultores habilitados como fornecedores. Como a pesquisa se propõe a realizar uma abordagem predominantemente qualitativa, visto que seus interesses eram direcionados a compreender o sentido de um fenômeno (expansão da autonomia) e interpretar os significados desse fenômeno no próprio local em que ele ocorre, a definição dos agricultores entrevistados considerou a diversidade dos fornecedores do PAA no

município. Assim, participaram desta fase da pesquisa agricultores dos diferentes bairros rurais do município, com diferentes sistemas de produção, com diferentes formas de acesso à terra (assentados) e de diferentes idades.

No segundo semestre de 2019, foram entrevistados novamente 11 dos agricultores que participaram da primeira fase da pesquisa. A limitação a 11 entrevistas se deu em função de limitações orçamentárias e de tempo. Buscou-se nesta segunda fase, na medida do possível, manter o grau de diversidade dos entrevistados. Neste segundo momento, a COLANG já havia encerrado as suas atividades, o que ocorreu no primeiro semestre de 2019, devido a não lograr novos contratos do PPA, consequência direta dos cortes orçamentários que o PAA sofreu.

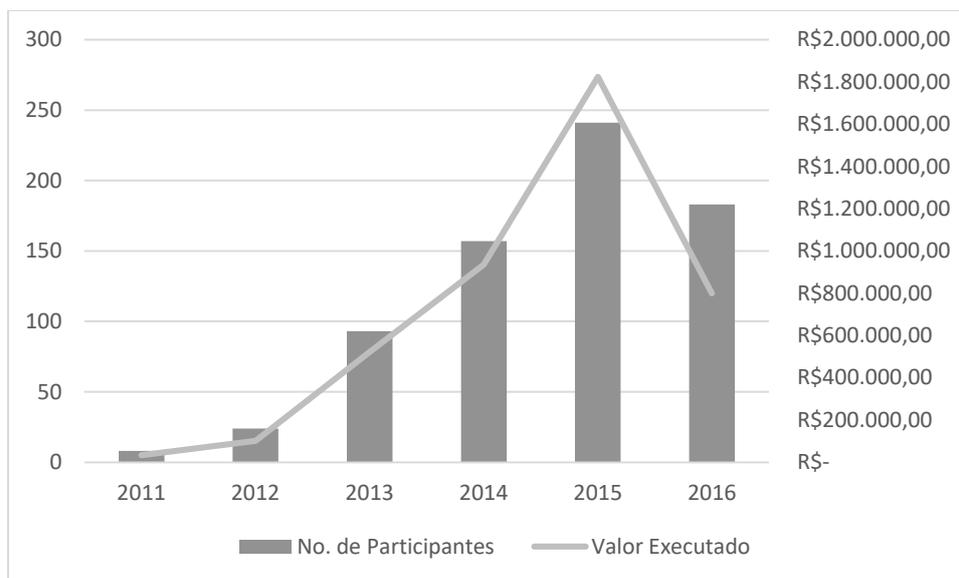
De forma complementar, dados secundários relacionados à execução do PAA no município, obtidos a partir da base de dados Transparência Pública do PAA, foram tabulados, sistematizados e analisados dentro do escopo da pesquisa.

5 RESULTADOS

O cruzamento dos dados secundários com as informações levantadas nas entrevistas e questionários aplicados na primeira fase da pesquisa de campo demonstra uma interessante contradição relacionada ao PAA no município. Se, por um lado, os dados secundários apontam que o programa foi executado com grande eficiência pelo arranjo institucional local enquanto existiram contratos do PAA (2011-2016), os dados primários revelam limites no que se refere a sua efetividade.

Dados de 2011, ano em que a COLANG começa a participar do PAA, evidenciam que somente oito agricultores destinaram parte de sua produção ao programa. Nos anos seguintes o número de agricultores beneficiados e, conseqüentemente, os recursos acessados pelo município (Figura 1) seguiram uma curva ascendente até o ano de 2015, no qual 241 agricultores entregaram parte de sua produção. No último contrato do PAA realizado no município, assinado em 2016 e com entregas realizadas nos anos de 2016 e 2017, foram beneficiadas 183 famílias de agricultores (CONAB, 2017).

Figura 1 – Histórico do número de agricultores beneficiados e do montante de recursos relacionados ao PAA no município de Angatuba-SP



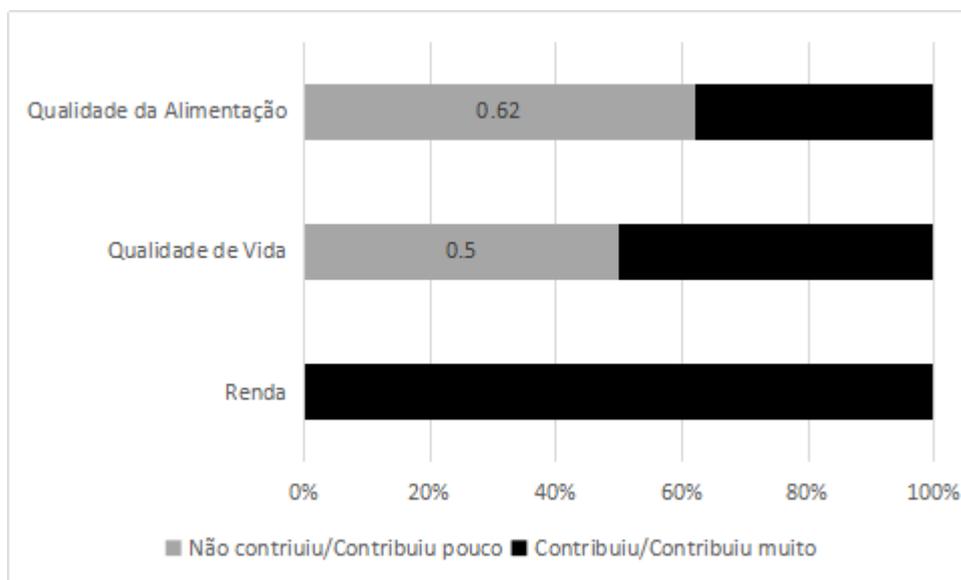
Fonte: Transparência pública do PAA (CONAB, 2017).

No primeiro conjunto de entrevistas, realizado em 2017, a quase totalidade dos entrevistados afirmaram que a cooperativa atuava de forma ativa e transparente na gestão do PAA. Reclamações em relação ao baixo volume adquirido pelo programa, ao preço praticado, à exigência de qualidade, ao desconto de 18% sobre o valor dos contratos realizado pela cooperativa para cobrir custos operacionais, bem como a morosidade nos pagamentos foram comuns, repetindo situações observadas em outras pesquisas (CAMARGO et al., 2016; BERGAMASCO *et al.*, 2013). Porém, as entrevistas indicaram que os agricultores estavam satisfeitos com a oportunidade de participar do programa, principalmente devido ao impacto gerado em sua renda (Figura 2), o que evidencia que o programa foi eficaz em beneficiar a parcela mais descapitalizada da agricultura familiar do município.

As análises das entrevistas também apontam que a percepção dos agricultores sobre o impacto do PAA em outras dimensões, para além da renda, não é tão positiva. Quando foram arguidos sobre a contribuição do programa para a melhoria de sua qualidade de vida e da alimentação da família, respectivamente 50% e 62% dos entrevistados afirmaram que o programa ou “não contribuiu” ou “contribuiu pouco” nessas dimensões (Figura 2). Em suma, os agricultores percebiam claramente o PAA como um importante mercado gerador de renda, enquanto outros potenciais benefícios não eram tão perceptíveis.

Esse fato, na perspectiva dos autores, são um importante indicativo preliminar de que o PAA, ao menos no caso ora estudado, era percebido pelos agricultores somente como um canal para o escoamento da produção. Sem dúvidas, um canal que oferecia mais vantagens econômicas do que os outros canais que os agricultores acessavam antes ou concomitantemente ao período de atividade do programa. As entrevistas demonstraram que os agricultores percebiam claramente uma melhoria quantitativa em sua renda, porém melhorias qualitativas em outras dimensões não eram tão evidentes.

Figura 2 – Percepção dos agricultores em relação ao impacto do PAA em sua renda, qualidade de vida e qualidade da alimentação



Fonte: dados da pesquisa

Uma análise mais aprofundada dos dados secundários ajuda a explicar essa situação. Os alimentos comercializados pela COLANG via o PAA eram em sua totalidade de origem vegetal, sem nenhum tipo de processo que agregasse valor ou atributos que os diferenciavam de produtos que circulam em mercados convencionais. Por exemplo, nos seis anos analisados, não houve entrega de alimentos de origem animal, nem produtos classificados como orgânicos, nem alimentos processados como pães, farinha, biscoitos, entre outras possibilidades que permitiriam aos agricultores um maior valor agregado.

A visita à sede da cooperativa e a entrevista realizada com o gestor evidenciaram que o único serviço prestado pela cooperativa era a comercialização via PAA. A cooperativa não realizava nenhum trabalho de prospecção ou desenvolvimento de outros mercados, nem possuía algum projeto para agregar valor à produção de seus cooperados, tampouco incentivava formas de produção mais sustentáveis.

Analisada em termos práticos, poderia se dizer que a cooperativa se assemelhava mais a uma organização paraestatal a serviço do poder público municipal do que uma organização dos agricultores, sendo a participação dos agricultores na cooperativa meramente operacional. O único momento em que os agricultores participavam de alguma atividade da cooperativa era na reunião anual para a qual eram convocados para discussão e decisão sobre as respectivas cotas e produtos que seriam entregues ao PAA. A entrevista com os agricultores também evidenciou essa relação meramente instrumental com a cooperativa, todos os entrevistados destacaram a falta de união e organização entre eles fora do âmbito de operacionalização do programa.

Essa constatação revela que o incentivo ao cooperativismo e ao associativismo, estabelecido formalmente como um dos objetivos do PAA, ao ter como correspondente operacional o mero condicionamento à existência de uma organização formal para que os contratos sejam efetivados, assume um caráter simplista. Não é exagerado supor que

organizações formais foram fundadas visando o acesso à política, sem que, no entanto, houvesse uma base substantiva para sustentar a vida organizacional e os compromissos administrativos decorrentes de sua criação. Além da realização de balancetes e manutenção de livros contábeis, é necessário considerar que o agricultor familiar atua em sua unidade de produção familiar, seu espaço de vida e trabalho, de modo que nem sempre se dão as condições para o afastamento demandado para a dedicação à gestão de uma cooperativa ou associação. Resta também a possibilidade de cooperativas oportunistas, as chamadas cooperato ou cooperfraude (PEREIRA; SILVA, 2012), aproveitarem-se da fragilidade de agricultores familiares, cooptando-os para intermediar a participação dos mesmos na política pública.

Um trecho da entrevista realizada com o gestor da cooperativa reforça o caráter meramente instrumental da COLANG. Quando arguido sobre o que mais a cooperativa poderia fazer em relação aos seus associados, a resposta dada é transcrita a seguir: “Nada, pois a cooperativa já faz a parte de todos os associados”. A fala do técnico contratado pelo município para apoiar a execução do PAA, que juntamente com o gestor da COLANG coordenavam o PAA localmente, segue a mesma linha “A prefeitura já faz a parte que lhe cabe”. Como a política abarca objetivos como a segurança alimentar e a constituição e consolidação de capacidades produtivas, organizacionais e comerciais, o afastamento revelado pelos relatos revela a superficialidade das relações constituídas em torno das diferentes instâncias que conformam o arranjo local de implementação no município.

Reforça-se aqui que, quando foi conduzida esta primeira fase da pesquisa (primeiro semestre de 2017), o PAA vinha sendo executado no município com elevada eficácia operacional. Os gestores públicos estavam contentes com os resultados, o gestor da cooperativa considerava que estava cumprindo sua tarefa com grande sucesso e os agricultores estavam contentes com o mercado institucional que estavam acessando.

Porém, era evidente a elevada dependência dos agricultores em relação ao programa. Todos os agricultores que foram entrevistados afirmaram que o único canal para escoamento de sua produção era o PAA e que se o programa viesse a acabar parariam totalmente de produzir. A percepção de dependência do programa era compartilhada pelo gestor da cooperativa, que quando arguido sobre quais as perspectivas vislumbradas para os agricultores caso o PAA viesse acabar, expressou a sua preocupação: “É uma dependência enorme, os agricultores poderiam até passar fome”.

Se, por um lado, essa situação demonstra que os recursos do PAA eram direcionados para os agricultores menos capitalizados e tecnificados, por outro, sugere que os arranjos institucionais locais são um fator chave para que o PAA possa contribuir no incremento da autonomia relativa dos agricultores familiares.

No caso de Angatuba, a pesquisa de campo identificou outros fatores que impediam a expansão da autonomia dos agricultores. Por exemplo, a COLANG incentivava que os agricultores especializassem seus sistemas produtivos com vistas a facilitar as programações de entrega. Assim, os agricultores foram se especializando em determinadas culturas, diminuindo a biodiversidade de seus sistemas de produção. Também, a cooperativa não buscava outros mercados para escoar a produção dos cooperados, nem incentivava processo que agregassem valor à produção. Esse incentivo pode ser considerado uma consequência não antecipada da política pública, já que contraria a indução à diversificação produtiva. Adicionalmente, revela uma pressão sobre a autonomia dos cooperados.

Os resultados de campo evidenciaram que o arranjo institucional constituído no município para a execução do PAA - composto pelos gestores municipais, cooperativa, agricultores e consumidores – operava de modo a não extrapolar a superfície das possibilidades engendradas pelo programa. Ao não mobilizar os atores individuais e organizacionais envolvidos no arranjo institucional visando aprofundar as relações entre os segmentos envolvidos, ou seja, ao não tomar a multiplicidade de relações concatenadas em decorrência da política como oportunidade para a formulação de novas ações como, por exemplo, a diversificação dos cardápios em atenção às vocações e preferências produtivas dos agricultores familiares ou a articulação de apoio para a qualificação das organizações em termos substantivos, visando o aperfeiçoamento dos processos de deliberação democrática, os resultados demonstraram-se acanhados em termos da ampliação da autonomia relativa dos agricultores e agricultoras familiares envolvidos. Outros objetivos para além da SAN dos consumidores (municípios em situação de vulnerabilidade social) e da geração de renda para os agricultores, não eram considerados.

Distintos trabalhos desenvolvidos, alguns na mesma região estudada, já alertaram sobre os limites do PAA em promover estratégias que expandissem a autonomia relativa dos agricultores, quando esse é operacionalizado de forma hierarquizada e com foco exclusivo no escoamento da produção pelo mercado institucional oportunizado (SANTOS *et al.* 2016; MACEDO *et al.*, 2017, FERREIRA *et al.*, 2014). Porto (2014) alertou que reduzir o PAA a um mero instrumento de mercado, rebaixa sua capacidade catalisadora no âmbito territorial.

Os dados de campo coletados na segunda fase da pesquisa, realizada no segundo semestre de 2019, corroboram a ineficácia do programa em expandir a autonomia relativa dos agricultores. Neste momento da pesquisa, já não ocorriam mais entregas para o PAA no município e, conseqüentemente, a cooperativa já havia encerrado suas operações, pois dependia exclusivamente do programa.

Dos 11 agricultores entrevistados, um já não produzia mais alimentos, sendo a renda da família oriunda de atividades não agrícolas, como, aposentadoria e trabalho assalariado na cidade. Os demais afirmaram que houve declínio (9) ou manutenção (1) no volume de alimentos que produziam e comercializavam. O escoamento da produção voltou a ocorrer por canais que eram utilizados antes do PAA, que são a venda para atravessadores e/ou entrega em central atacadista – CEAGESP, canais que apresentam elevada variação de preços.

O impacto negativo na renda e a insegurança em relação ao preço auferido pela produção foram os principais efeitos do fim do PAA anunciados pelos agricultores durante as entrevistas. Segundos os agricultores, a incerteza em relação ao preço gera insegurança em relação ao que vai ser cultivado, condicionando a diminuição da produção para mitigar riscos.

Os resultados desta pesquisa indicam que quando o PAA não é utilizado como instrumento para expandir a autonomia relativa dos agricultores, os seus efeitos positivos, como o aumento da renda, são efêmeros e dependentes da continuidade do programa. A consideração das atribuições das administrações públicas municipais estabelecidas pelo novo desenho federativo consagrado na Constituição de 1988, que renderam autonomia ao município, poderia revelar inúmeras oportunidades de articulação das ações do PAA a outros programas municipais, extrapolando até mesmo a esfera das políticas agrícolas. Além da continuidade, a busca pela complementaridade entre as políticas públicas e a constituição de espaços de deliberação

abarcando os diferentes atores individuais e organizacionais envolvidos poderiam render o aperfeiçoamento e ampliação dos resultados da operacionalização do programa.

No caso estudado, a incapacidade de aproveitar-se do programa para desenvolver uma estratégia ampla de comercialização baseada em circuitos curtos (por exemplo: feiras de produtores rurais, lojas de agricultores, venda de cestas de alimentos, venda diretamente nas propriedades rurais, restaurantes, ou mesmo outros mercados institucionais), na agregação de valor aos produtos comercializados (por exemplo: promoção da agricultura orgânica, agroindustrialização familiar), no fomento à biodiversificação da produção agrícola e que promovesse a apropriação política do programa por sua base de beneficiados (agricultores e consumidores) fez com que o sucesso operacional observado entre os anos de 2011 e 2017 não sustentasse melhorias significativas nas condições de reprodução social dos agricultores estudados.

Nesse sentido, a expansão da autonomia dos agricultores por meio do PAA pode ser considerada quase nula no caso estudado, pois, com o fim do programa, os agricultores voltaram às mesmas condições de produção, renda e acesso a mercados que vivenciavam anteriormente. Em Angatuba, o mercado institucional criado pelo PAA não configurou um espaço de comercialização relevantemente distinto daquele onde predomina a lógica mercantil de dependência. Ao invés da dependência da grande agroindústria ou do grande intermediário, novos agentes (cooperativa local e município) aglutinaram a capacidade decisória relativa à política, amortecendo as oportunidades de tomar a garantia de compra como base para a configuração de um ciclo virtuoso de ação pública.

6 CONCLUSÕES

No caso ora estudado, enquanto os dados secundários levavam em direção a identificar a eficácia absoluta do programa, os dados primários permitiram compreender os processos que o tem impedido de alcançar seus objetivos de transformação social e de fato engendrar um processo de autonomia em suas práticas sociais. Em termos substantivos, a análise empreendida revela a baixa capacidade de administrações públicas municipais aproveitarem programas desenhados de maneira inovadora como ponto de partida, e não de chegada, para a formulação de ações complementares e a articulação de novas formas de ação pública envolvendo as diferentes audiências mobilizadas em torno da operacionalização da política pública.

Nesse sentido, se desvela a importância da pesquisa empreendida, pois permitiu evidenciar que mesmo quando o programa vem sendo executado com elevada eficácia, isto não significa que ele esteja alcançando todos os seus objetivos estratégicos.

No município de Angatuba, o programa foi eficiente em beneficiar os agricultores mais descapitalizados, a gestão dos recursos era feita de forma transparente, todos os envolvidos eram bem informados sobre o programa, que por sua vez teve continuidade com a inserção de novos beneficiários no decorrer do tempo, pois existia uma relação de confiança entre os seus agentes (agricultores, cooperativa e município), desta feita o programa era considerado relevante pelos agentes públicos que o apoiavam. Porém, isto não foi suficiente para expandir

o grau de autonomia relativa e, conseqüentemente, a resiliência das famílias de agricultores beneficiadas pelo programa.

Com o início do programa, foi criada uma alternativa para a inserção produtiva e mercantil da agricultura familiar pela criação de um sistema agroalimentar mais localizado. Porém, a inserção da agricultura familiar nesse novo sistema, similarmente ao que ocorria antes, se deu de forma subjugada e subalterna. De certa forma, a cooperativa reproduziu relações de poder e controle características dos mercados convencionais, atuando e sendo percebida como um mero intermediário para o escoamento da produção. Assim, o arranjo institucional local não logrou desenvolver formas que aumentassem o protagonismo da agricultura familiar.

Desta forma, a pesquisa aponta que a garantia de acesso a um mercado protegido com remuneração justa, traz um alívio para os agricultores, mas não, necessariamente, cria condições para a sua reprodução social de forma digna e autônoma a longo prazo. Para que políticas públicas baseadas em mercados institucionais sejam efetivas na promoção de processos de desenvolvimento rural alicerçados na agricultura familiar e camponesa, os arranjos institucionais locais precisam ter clareza de que somente a garantia de escoamento da produção a preço justo é insuficiente, sendo as ações que promovam a autonomia dos agricultores, fundamentais nesse processo.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos os entrevistados por disponibilizarem seu tempo para esta pesquisa.

FINANCIAMENTO

Este trabalho foi apoiado pelo CNPq (427726/2016-6) e o primeiro autor foi apoiado nesta pesquisa pela FAPESP (2017/04577-1).

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr. 2012.

ANJOS, F.S.et al. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 529-548, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000300007>

BATISTA, L.M.G. et al. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre

conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde soc.**, v. 25, n. 2, p. 494-504, jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902016150258>

BELIK, W.; FORNAZIER, A. Public Policy and the Construction of New Markets to Family Farms: Analyzing the Case of School Meals in São Paulo, Brazil. **Advances in Food Security and Sustainability**, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/bs.af2s.2017.09.001>.

BERGAMASCO, S. M. P. P., BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, n. 38, p. 25-50, 2013.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BORSATTO, R. S. et al. Public procurement as strategy to foster organic transition: insights from the Brazilian experience. **Renewable Agriculture and Food Systems**, p. 1–9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S174217051900036X>

BORSATTO, R. S. et al. Respostas dos Municípios para Garantir Segurança Alimentar e Nutricional em Tempo de Pandemia. In: VALENCIO, N.; OLIVEIRA, C. M. DE (Eds.). **COVID-19: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações)**. São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020. p. 165–184.

CAMARGO, R.A.L.; BACCARIN, J.G.; SILVA, D.B.P. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, p. 34-55, 2016.

CARNEIRO, M.J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, 1997.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Transparência Pública do PAA**. 2017. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>> Acesso em 31 out. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Resultados das Ações da Conab em 2017. **Compêndio de Estudos Conab**. 2018.

CONTI, I. L.; BAZOTTI, A.; RADOMSKY, G. F.W. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: um estudo sobre a relação produção–consumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). **Extensão Rural**, v. 22, n. 1, p. 56-86, 2015.

DUVAL, H.; FERRANTE, V. L.; BERGAMASCO, S. M. Revisitando interpretações sobre o campesinato: constrangimentos e perspectivas de autonomia. **Cadernos CERU**, v. 26, n. 2, p. 9-26, 2016.

DUVAL, H. C.; VALENCIO, N. F. L. S.; FERRANTE, V.L.S.B. Da terra ao prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.12, p.189-216, 2009.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, DF, 1994.

FERREIRA, M.J. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento para organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 44, n. 1, p.55-62, 2014.

GARCIA JR., A.R. **Terra de trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.69>

GUANZIROLI, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>

HESPANHOL, R.A.M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/angatuba/panorama>>. Acesso em 31 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Segunda apuração. 2006. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em 31 out. 2017.

MACEDO, A.C. et al. Os limites de políticas públicas voltadas para agricultura familiar em promover organização social: o caso do assentamento 23 de maio. **Extensão Rural**, v. 24, n. 2, p. 102-117, 2017.

MALUF, R.S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015208.14032014>

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: NEAD. MDA. 2005.

MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 143-158, 2007.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. DA S.; MACHADO, T. S. O Programa de Aquisição de Alimentos como indutor da soberania alimentar. **Mercator**, v. 18, n. 25, p. 1-15, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18024>

NIEDERLE, P. A. A agricultura familiar entre o setorial e o territorial? Novos referenciais para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Perspectivas Rurales Nueva época**, v. 12, n. 24, p. 11–35, 23 jul. 2014.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A Nova Lei de Cooperativas de Trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 52, p. 65-74, 2012.

PLOEG, J.D.O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PORTO, S. I. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil**. Andalucía: Universidad Internacional de Andalucía, 2014.

ROCHA, C. Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil. **Development Policy Review**, v. 27, n. 1, p. 51-66, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7679.2009.00435.x>

SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1079–1096, 2020.

SANTOS, L. L.; FERREIRA, P. D.; ALMEIDA, L.M.M.C. Capital social e redes: uma análise dos efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios diferenciados no Estado de Goiás. **R. Pol. Públ.**, v. 20, n. 1, p. 253-272, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p253-272>

SOLDERA, D. **A instabilidade do referencial de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: uma análise das narrativas dualistas**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no noroeste gaúcho. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 1, p. 51–74, 12 maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v1i1.1443>

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saude soc.** v. 19, n. 4, p. 933-945, dez. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>

VINHA, J. F. S. C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, n. 26, p. 183–203, 2015.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2/3, pp. 37-68, 1995.

WANDERLEY, M.N.B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

WITTMAN, H; BLESCH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programmes to sustainable rural development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 81–105, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/joac.12131>